

**PRONAF MULHER E O EMPODERAMENTO DE
TRABALHADORAS RURAIS**

PRONAF MULHER AND THE EMPOWERMENT OF RURAL WORKERS

Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo

Ana Paula GlinfskoiThé

Carlos Renato Theóphilo

Eliana Soares Barbosa Santos

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

socorro.nassau@hotmail.com, anapgthe@gmail.com, crtheophilo@uol.com.br,
elianasbs@gmail.com

RESUMO

A trabalhadora rural desempenha importante função na agricultura familiar, visto que desenvolve tarefas e funções que contribuem na produção agrícola da família. Para apoiar essas atividades, o governo federal criou dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar uma linha específica de crédito para mulheres – PRONAF Mulher, com o objetivo de facilitar o acesso das mulheres agricultoras rurais aos recursos do PRONAF procurando contribuir para a superação das desigualdades de gênero no meio rural. Este artigo teve como objetivo geral compreender o reflexo do PRONAF Mulher no processo de empoderamento das agricultoras familiares de duas comunidades rurais do município de Montes Claros, situado no Norte de Minas Gerais. Para o alcance dos objetivos, usou-se a técnica de entrevistas estruturadas, realizadas no período de setembro a dezembro de 2015, com mulheres que tiveram acesso ao crédito, no período de 2010 a 2014, num total de 8 (oito) mulheres. Os resultados empíricos deste estudo sinalizam avanços no processo de construção de empoderamento das trabalhadoras rurais entrevistadas. A pesquisa mostrou que há uma relação positiva na amostra entre o PRONAF Mulher e o empoderamento das trabalhadoras rurais que tiveram acesso ao crédito.

Palavras-Chaves: agricultoras familiares; crédito agrícola; gênero.

ABSTRACT

The women rural workers play an important role in family farm, since they develop tasks and functions which contribute to the economy and food security of their families. In order to support these women activities, the federal government created a specific line of credit called “PRONAF Mulher” within the National Program for Strengthening Family Agriculture with the objective of facilitating family women rural workers to access to specific public loans. This article aimed to understand “PRONAF Mulher” impacts on the women farmer families in two rural communities in the municipality of Montes Claros, located in the north of Minas Gerais. To achieve the objectives, the technique of structured interview was carried out from September to December 2015 for who had access to credit from 2010 to 2014, in a total of 8
Revista Desenvolvimento Social Nº 18/01, 2016. (ISSN 2179-6807)

(eight) women. The empirical results of this study showed that there is a positive relationship between “PRONAF Mulher” and the empowerment of family women rural workers who had access to credit.

Keywords: family farmers, gender, public funding, empowerment.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 90, vem se observando um crescente interesse pela agricultura familiar no Brasil, visto que a mesma exerce um papel fundamental no desenvolvimento social e no crescimento equilibrado do país. A literatura aponta que os agricultores familiares vêm adquirindo força e notoriedade pela ação de movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Em matéria de políticas públicas, o Governo federal materializou o seu interesse pela agricultura familiar com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado do pelo Decreto nº.1946, de 28 de junho de 1996, cujas ações contidas no artigo 2º visam:

Melhoramento da qualidade de vida, aprimoramento das tecnologias produtivas via estímulo à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas gerenciais e participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativa do programa.

Segundo Schneider *et. al.*(2004),o PRONAF nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manterem no campo, podendo-se afirmar que o mesmo foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980.

O PRONAF tem passado por mudanças importantes que afetam em diferentes graus o referencial de política pública institucionalizado em 1995/96, sendo uma delas a criação do PRONAF-Mulher em 2003, fruto de reivindicações dos movimentos de mulheres do campo, que visa dar visibilidade às atividades das mulheres. Essa nova linha é considerada um avanço em termos de conquistas das mulheres rurais, visto que, o direito de tomar decisões sobre a própria vida depende de uma certa retaguarda financeira. Assim, é fundamental para a mulher ter sua independência, para se sentir valorizada, se sentir útil e saber o que pode ou não pode fazer, permitindo-lhe assim fazer o gosta.

De acordo com Sen(2000), quando as mulheres têm oportunidade de acessar bens e serviços, liberdade de fazer escolhas que condizem com seus valores de vida e a afirmação de que são capazes de contribuir para melhorar a sua vida, a de seus familiares e das pessoas de seu entorno, as consequências desse processo são benéficas para todos. E o

empoderamento¹ econômico é sem dúvida uma das condições necessárias para que as mulheres possam dar o passo na direção da mudança. É um processo, entre outras coisas, de aumento de poder, tanto para o controle dos recursos externos quanto para o aumento da autoestima e serve para estimular as capacidades internas de pessoas e grupos.

Neste contexto, o interesse deste artigo se voltou para uma análise do PRONAF, particularmente do PRONAF-Mulher, tendo como objetivo geral compreender o reflexo deste Programa no processo de empoderamento econômico-social, pessoal e político-social das agricultoras familiares de duas comunidades rurais do município de Montes Claros, do Norte de Minas Gerais.

Dada a atual e contínua discussão a respeito do tema, o que pode ser confirmado nos estudos de Forte(2006), Fernandes(2008), Hernandez(2009), Zorzi(2009) e Azevedo(2012), este estudo torna-se relevante, pois é uma contribuição para reflexões acerca dos fatores que têm contribuído para o empoderamento da mulher rural, bem como sinaliza caminhos para o seu reconhecimento como cidadã perante o Estado e a Sociedade.

A metodologia empregada foi baseada em pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento. A estratégia de pesquisa documental, de acordo com Martins e Theóphilo (2009), é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências. Os documentos são dos mais variados tipos, escritos ou não, tais como: diários ou documentos arquivados em entidades públicas e entidades privadas; gravações; correspondências pessoais e formais; fotografias; filmes; mapas; etc. Dessa forma, se utilizou de documentos que se referem ao PRONAF e especialmente ao PRONAF Mulher, a exemplo do Plano Safra (2010 a 2016) e do Manual de Crédito Rural.

A pesquisa de levantamento foi realizada por meio de entrevistas estruturadas, realizadas no período de setembro a dezembro de 2015, com 08 mulheres que tiveram acesso ao crédito, no período de 2010 a 2014, de duas comunidades do município de Montes Claros. Também foram realizadas entrevistas com lideranças de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e técnicos da EMATER-MG responsáveis pelo crédito PRONAF, sob a forma de questões previamente formuladas. Seguiram-se os moldes de entrevista dirigida adaptada de Hernandez(2009), com o intuito de verificar o envolvimento dos mesmos no processo de acesso ao PRONAF-Mulher. No total, foram entrevistados dois agentes de mediação, 01 representante do sindicato dos Trabalhadores Rurais e oito agricultoras.

Conforme planilha de contratos disponibilizada pela agência local do Banco do Nordeste S/A, relativa ao período de 2010 a 2014², o município de Montes Claros foi contemplado com doze operações de contratos do Pronaf Mulher, com recursos liberados num total de R\$141.003.

Para realização da pesquisa de campo foram selecionadas as comunidades rurais Planalto Rural e Pau D'Óleo. A delimitação da área de estudo teve como influência a indicação de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, bem como do escritório Regional da EMATER de Montes Claros. Essa sugestão teve como finalidade a indicação da localização das propriedades das mulheres que seriam entrevistadas, o que

¹Empoderamento significa que as pessoas, tanto mulheres como homens, podem assumir o controle das suas vidas: definir os seus objetivos, adquirir competências, aumentar a autoconfiança, resolver problemas, e desenvolver a sua sustentabilidade. É, simultaneamente, um processo e um resultado (UNIFEM, 2011).

²Também se tentou obter na agência local do Banco do Brasil S/A, sem sucesso, informações sobre o volume de financiamentos do PRONAF Mulher para os municípios da macrorregião.

facilitou o acesso aos sujeitos envolvidos possibilitando obter os dados necessários para realização da pesquisa.

As dimensões selecionadas para investigar os possíveis reflexos do PRONAF-Mulher no processo de empoderamento das agricultoras entrevistadas foram amparadas nos estudos de Zorzi (2008) que considerou as relações de gênero numa perspectiva de empoderamento sob a dimensão econômica- individual, pessoal, social e política.

PRONAF E O PRONAF MULHER

A criação do PRONAF, em 1996, figura entre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro. De acordo com Silva (2007), o PRONAF foi instituído com a finalidade de buscar alternativas de políticas diferenciadas para o pequeno produtor, com o intuito de mantê-lo no campo, aumentar sua renda familiar e proporcionar-lhe uma melhor qualidade de vida. É um programa de abrangência nacional, operacionalizando-se em quatro linhas de atuação: financiamento da produção; financiamento de infraestrutura e serviços municipais; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; e financiamento da pesquisa e extensão rural.

De acordo com Grisa (2012, p. 184):

O PRONAF resultou de um novo compromisso estabelecido entre o fórum da agricultura familiar, o fórum científico e o fórum da comunicação política e as ideias institucionalizadas indicavam para a construção de um referencial produtivista de política pública. Este referencial derivou das ideias e dos interesses dos atores sociais envolvidos na construção do PRONAF, da necessidade de afirmar a importância econômica da agricultura familiar e dos enquadramentos efetivados pelo ambiente institucional.

Entre as diversas reformulações legais que afetaram o programa, foram criadas as seguintes modalidades na safra 2003/2004: PRONAF Alimentos, PRONAF Pesca, PRONAF Turismo Rural, PRONAF Jovem Rural, PRONAF Semiárido, PRONAF Máquinas e equipamentos e PRONAF-Mulher, uma linha de crédito destinada a mulheres agricultoras que fazem parte de famílias envolvidas na produção agrícola e recebem recursos do PRONAF.

Essa linha de crédito tem como objetivo aumentar a capacidade produtiva das mulheres e melhorar sua qualidade de vida, ampliando o exercício de sua cidadania, a partir da ampliação de sua autonomia, com participação econômica e política, no contexto familiar e social (HERNÁNDEZ, 2009, p.18).

Essa nova linha, PRONAF-Mulher -, é considerado um avanço em termos de conquistas para as mulheres rurais, que podem, potencialmente, ter acesso a essa linha de crédito para os mais diversificados fins, tais como: financiamentos de hortas, roçados e criação de animais; produção de alimentos processados como queijos, biscoitos, geleias etc. e geração de renda para as mulheres rurais. No âmbito desse programa, foi também

Revista Desenvolvimento Social Nº 18/01, 2016. (ISSN 2179-6807)

constituído um grupo de trabalho, o GT Gênero³e Crédito, com o objetivo de identificar as dificuldades que envolviam o acesso das mulheres ao crédito e chegou-se à conclusão que as principais barreiras existentes eram: a pouca autonomia econômica e possibilidade de gerenciamento dos recursos por parte das mulheres; a falta de documentação básica e de título de propriedade da terra como contrapartida ao crédito; o desconhecimento sobre a situação do marido quanto ao crédito; a necessidade da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)⁴. Assim, o acesso da mulher ao crédito e a própria incorporação do sexo no formulário de declaração junto ao banco para obtenção do crédito são valores que extrapolam a alçada meramente econômica, posto que significam, também, o reconhecimento da participação das mulheres nas atividades econômicas agrícolas por parte das políticas públicas (HEREDIA e CINTRÃO, 2006, p. 20).

De acordo com Sen(2000), a expansão das liberdades individuais é condição fundamental para o desenvolvimento das comunidades e sociedade, para tanto, as políticas públicas têm papel fundamental nesse processo. Nesse contexto, podemos perceber o PRONAF-Mulher como um instrumento que pode gerar o fortalecimento da cidadania e a redução das desigualdades sociais, com o intuito de fortalecer e aumentar os ganhos financeiros da mulher do campo, como também possibilitar oportunidades de ocupação produtiva e melhorar a qualidade de vida de seus familiares, podendo contribuir para o empoderamento econômico-social das mulheres rurais.

EMPODERAMENTO

A literatura nos aponta que o termo empoderamento, derivado do inglês *empowerment*, surgiu nos Estados Unidos e origina-se dos movimentos sociais por direitos civis na década de 1970, no movimento feminista. Os estudos mostram ainda que é um conceito polissêmico com visibilidade crescente, sobretudo a partir dos anos de 1990.

No Brasil e países de língua portuguesa, o termo chegou com o novo milênio e este se constitui como categoria analítica e empírica de diversas disciplinas e áreas de conhecimento, além de se tornar uma importante ferramenta para os governos, organizações da sociedade civil e agências de desenvolvimento que buscam, em princípio, transformar a vida das pessoas e comunidades (GOHN, 2004).

Empoderar as mulheres para que participem totalmente em todos os setores da vida econômica e em todos os níveis de atividade econômica é essencial para construir economias fortes, estabelecer sociedades mais estáveis e justas, atingir os objetivos de desenvolvimento, sustentabilidade e direitos humanos internacionalmente reconhecidos, melhorar a qualidade de vida para as mulheres, homens, famílias e comunidades e impulsionar as operações e as metas dos negócios (UNIFEM, 2011).

³O conceito de “gênero” abrange mais do que a diferença macho e fêmea ou mulher e homem. “É uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”. É uma primeira maneira de dar significação às relações de poder, ou seja, o gênero é um primeiro campo, mas não o único, no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (SCOTT, 1995, p.88).

⁴A DAP é um formulário obtido por intermédio de sindicatos, empresas estaduais de assistência técnica e outros órgãos credenciados, para obter crédito junto ao sistema financeiro.

Para Zorzi (2008), o processo de empoderamento pode ser relacionado à possibilidade de inserção das agricultoras a uma política de crédito e à construção de um empreendimento econômico capaz de estabelecer uma nova posição para elas no espaço da família, do trabalho e da comunidade. Empoderar-se significa, no caso, a construção de novas relações nas quais essas mulheres passam a ter controle e participação sobre decisões importantes relacionadas a própria vida e da família.

Mayoux *apud* Zorzi(2008). Propõe que o processo de empoderamento seja pensado a partir de três dimensões analíticas, que permitem mensurar o impacto de uma política de microcrédito na vida das mulheres. São elas:

a) econômico-individual, que consiste na melhoria da renda, assim como no aumento do controle sobre essa renda e dos recursos obtidos na política de crédito. Essa dimensão é examinada no plano individual para verificar se existe uma maior participação das mulheres no processo decisório sobre a destinação dos recursos e da renda da família, o que não acarreta, necessariamente, em benefício apenas individual;

b) pessoal, que envolve a construção de uma melhor qualidade de vida das mulheres e de suas famílias. Esse fato está diretamente relacionado ao aumento da renda, pois muda a sua participação nas despesas de consumo. Por consequência, acaba melhorando a sua posição em relação aos maridos e à comunidade em que vivem, gerando, também, maior autoconfiança e autoestima;

c) social e político, que se caracteriza por uma maior inserção em espaços sociais e políticos, implicando uma maior disposição para questionar a posição inferior em que a mulher se encontra em diferentes esferas da vida social (na família, no trabalho, na economia, na legislação, entre outros).

Sen (2000) também contribui para a discussão, afirmando que a expansão das liberdades individuais é condição fundamental para o desenvolvimento das comunidades e as sociedades, e, portanto, as políticas públicas têm papel fundamental nesse processo. Por isso, leva-se em conta não só os aspectos econômicos, como também aos aspectos sociais e políticos.

Ainda segundo Sen (2000), ter liberdade significa melhorar o potencial das pessoas, o que estaria gerando a condição de agente, e salienta cinco tipos de liberdade, vistos de uma perspectiva instrumental derivados dos estudos empíricos, e que são cruciais para o processo de desenvolvimento: a) liberdades políticas; b) facilidades econômicas, c) oportunidades sociais; d) garantia de transparência; e) segurança protetora.

Para Zorzi (2008, p.95), a construção do empoderamento tem por objetivo operacionalizar este conceito, estabelecendo a aproximação à realidade das agricultoras que tiveram a oportunidade de acessar uma política de crédito específica.

Neste sentido Zorzi (2008) considera pertinente dividir a análise dos impactos produzidos pelo Pronaf-Mulher em suas dimensões: econômico-individual, pessoal, social e político, visto que se trata de uma política que visa o financiamento de empreendimentos

econômicos para a geração de renda, tendo como premissa a produção de uma atuação mais autônoma e cidadã das mulheres rurais no espaço da família e da comunidade.

A dimensão econômico-Individual relaciona-se a quatro indicadores:1)acesso a alguma categoria de crédito Pronaf; 2)decisão sobre a alocação desse recurso; 3) aumento da renda individual e familiar;4)o acesso a diferentes bens possibilitados pela renda obtida pelo empreendimento considerado a partir do crédito.

Dimensão Pessoal: envolve a melhoria do bem-estar das mulheres e de suas famílias, e nesse caso está diretamente relacionada ao acréscimo da renda e da produção em termos qualitativos e quantitativos.

Dimensão social e política: caracteriza-se por uma maior inserção em espaços sociais e políticos.

REFLEXOS DO PRONAF MULHER NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS ENTREVISTADAS

De acordo com entrevista do técnico extensionista da EMATER-MG, do escritório regional do município de Montes Claros, a instituição apoia atividades para as mulheres relacionadas ao crédito PRONAF Mulher há 10 anos, com destaque para algumas atividades mais frequentemente requisitadas para elaboração de projetos, tais como: horticultura, suinocultura, avicultura e bovinocultura.

Para o extensionista da EMATER-MG, as mulheres sabem aplicar melhor o crédito e os recursos, e a inadimplência é bem menor que a dos homens. A única desvantagem realçada pelo técnico é nas situações em que a mulher é subordinada ao homem, pois isso torna o processo mais demorado, visto que ela, em regra, não decide sozinha. Ele concorda que as mulheres têm procurado outros apoios desde que tiveram acesso ao crédito, principalmente nos sindicatos, por causa da aposentadoria.

As lideranças e técnicos dos sindicatos de Montes Claros corroboram com o técnico da EMATER-MG no que diz respeito à melhor gestão dos recursos pelas mulheres em comparação aos homens, bem como ao fato de apresentarem menor inadimplência. “A desvantagem, vista pelo técnico do sindicato de Montes Claros, em relação às mulheres que acessam o PRONAF Mulher, é ‘a resistência a novas tecnologias”.

Ao traçar o perfil das mulheres entrevistadas, constatou-se, que sete agricultoras eram casadas e apenas uma agricultora solteira. Quanto à faixa etária, as mulheres entrevistadas, nas comunidades rurais do município de Montes Claros, constatou-se na amostra,uma predominância de mulheres com idade acima de 40 anos, tendo apenas uma agricultora com idade inferior a esta.

Chama a atenção o fato das famílias entrevistadas não serem numerosas. A maioria das mulheres nas comunidades rurais pesquisadas possui de um a três filhos. Essa constatação é condizente com o que vem acontecendo no país, com a queda da fecundidade, que se iniciou na segunda metade da década de 1960 e continuou ininterruptamente, nas décadas seguintes, inicialmente na zona urbana e estendendo-se, em seguida, para a zona rural no final da década de 1970(ALVES, 2012). No que se refere a escolaridade, apenas duas delas cursou o ensino médio; uma agricultora declarou saber apenas escrever o nome.

De acordo com Sen (2010), a educação tem dupla importância na avaliação de qualidade de vida, pois ao mesmo tempo em que é um insumo para o crescimento econômico, aumenta a capacidade das pessoas. Portanto, pode-se afirmar que a educação é a maneira mais eficaz para possibilitar a inclusão social, a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa humana, além de interferir diretamente no aumento do potencial da pessoa auferir renda e, conseqüentemente, propiciar a melhoria de sua condição de vida.

Das agricultoras entrevistadas, nas comunidades rurais de Montes Claros, apenas uma reside a menos de 1 km do local de produção, na condição de comodataria. As demais agricultoras residem no local de produção e são proprietárias, com exceção de uma agricultora que é arrendataria.

Entre as atividades financiadas pelas mulheres, prevalecem: a bovinocultura e a horticultura. Na horticultura, os recursos foram direcionados basicamente para compra de estufa, irrigação por gotejamento, canos, adubos, fertilizantes e maquinários agrícolas, a exemplo de um tratorito. Na bovinocultura, os recursos foram aplicados na compra de gado, construção de cercas e preparação de pastagens.

As dimensões selecionadas para investigar os possíveis reflexos do PRONAF-Mulher no processo de empoderamento das agricultoras entrevistadas foram amparadas nos estudos de ZORZI (2008) que considerou as relações de gênero numa perspectiva de empoderamento sob a dimensão econômica- individual, pessoal e social e política, o que permitiu elaborar o **Quadro 01** baseado em entrevistas com mulheres nas duas comunidades de Montes Claros.

As respostas das mulheres rurais entrevistadas nas duas comunidades de Montes Claros permitiram elaborar o comparativo demonstrado no **Quadro 01**, a seguir.

Quadro 01: Comparativo do processo de empoderamento das mulheres rurais da amostra analisada, antes e depois do acesso ao PRONAF-Mulher.

DIMENSÕES	Processo Empoderamento	
	ANTES DO PRONAF MULHER	APÓS PRONAF MULHER
<p>1)Econômico- Social</p> <p>a)Decisão sobre a alocação do recurso</p>	<p>a)Limitação no gerenciamento dos recursos .</p> <p>a)Ausência de tecnologias para facilitar os meios de produção, causando desconforto e comprometendo a saúde. Revelado por quase a metade das agricultoras.</p>	<p>a)Parceria com o marido no que se refere ao gerenciamento dos recursos se todas as decisões são compartilhadas, inclusive os afazeres domésticos.</p> <p>a)Cerca de uma em cada quatro agricultora sindicou ter passado a adquirir tecnologias e modernizar seus instrumentos de produção, o que implicou em:</p> <p>i) aumento na produção para o consumo;</p> <p>ii) mudanças na qualidade e quantidade de alimentos</p> <p>iii) melhorias na saúde e no bem-estar.</p>

DIMENSÕES	Processo Empoderamento	
	ANTES DO PRONAF MULHER	APÓS PRONAF MULHER
<p>b) Aumento da renda individual e, conseqüentemente, da renda familiar</p> <p>c) Acesso a diferentes bens, possibilitada pela renda obtida pelo empreendimento consolidado a partir do crédito.</p>	<p>a) Dependência de serviços de saúde ofertados pelo poder público, conforme relatado por todas as entrevistadas.</p> <p>b) Nenhuma delas tinha renda individual.</p> <p>b) Situação financeira necessitando de um aporte à economia familiar, segundo todas as entrevistadas.</p> <p>c) Quase metade das agricultoras manifestou que tinha o desejo de adquirir eletrodomésticos e eletrônicos.</p> <p>c) Todas revelaram falta de acesso aos meios de comunicação, como internet.</p> <p>c) Ausência de meios de transporte para transportar produtos comercializados, relatado por uma agricultora.</p> <p>c) Uma em cada quatro agricultoras manifestaram que tinham o desejo de adquirir veículos, e bicicletas para uso da família.</p> <p>c) Ausência de máquinas e equipamentos para utilização na atividade produtiva, conforme apontado pelas agricultoras.</p>	<p>a) Autonomia de uma em cada quatro agricultoras para investir em questões relacionadas aos cuidados com a saúde.</p> <p>b) Dois terços delas passaram a ter renda individual de até 1 salário mínimo e um quarto delas, de 1 a 2 salários mínimos.</p> <p>b) Todas relataram melhoria na situação financeira, resultando numa maior colaboração econômica à família, refletindo nas condições de vida.</p> <p>c) Mudanças no padrão de consumo dessas entrevistadas: a aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos realização desse desejo contribuiu para gerar conforto e autoestima das agricultoras.</p> <p>c) Possibilidade de acesso à internet por pelo menos uma das agricultoras, o que possibilitou a ampliação dos estudos para a filha de agricultora.</p> <p>c) Propiciou segurança, conforto e mobilidade para a agricultora, através da aquisição de um veículo utilizado para fazer o transporte dos produtos que são comercializados em mercados locais e no CEASA.</p> <p>c) Conforto, mobilidade e realização desse desejo por parte de agricultoras que adquiriram veículos e bicicletas para uso da família.</p> <p>c) Agilidade na execução das atividades produtivas dessas entrevistadas.</p>

DIMENSÕES	Processo Empoderamento	
	ANTES DO PRONAF MULHER	APÓS PRONAF MULHER
<p>2)Dimensão Pessoal:</p> <p>A)Reconhecimento e valorização</p>	<p>a)Falta de reconhecimento e valorização.</p> <p>A)Impossibilidade de gerir seu próprio negócio e contribuir financeiramente com a despesa da família.</p>	<p>a)Aumento da autoestima implicando em reconhecimento e valorização.</p> <p>a)Capacidade de gerir seu próprio negócio e contribuir financeiramente com a despesa da família.</p>
<p>3)Dimensão Social e Política :</p> <p>a)Participação em instituições de representação coletiva.</p>	<p>a)Não tinham cargos em associações e sindicatos.</p>	<p>a) Participação em sindicatos e associações com cargos administrativos por cinco das oito trabalhadoras rurais entrevistadas.</p>

FONTE: ARAÚJO, 2015 (Dados da pesquisa de campo)

Como observado no Quadro 01, é possível dizer que, enquanto política social,o PRONAF Mulher contribuiu para a promoção do desenvolvimento rural sustentável para as mulheres entrevistadas das comunidades rurais de Pau D’Óleo e Planalto Rural, do município de Montes Claros- MG, promovendo o alcance de melhorias nas condições de vida e,consequentemente,contribuindo para o processo de empoderamento dessas mulheres.

Para Sen (2000), o empoderamento econômico da mulher é processualmente construído e conta com o suporte da obtenção de uma renda, seja por meio do trabalho individual, seja coletivo, auferido a partir do ganho advindo de um emprego fora de casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse deste artigo se voltou para uma análise do PRONAF, particularmente do PRONAF-Mulher,tendo como objetivo geral compreender o reflexo deste Programa no processo de empoderamento econômico-social, pessoal e político-social das agricultoras familiares de duas comunidades rurais do município de Montes Claros, do Norte de Minas Gerais.

Foi possível identificar através deste estudo mudanças consideráveis na vida das mulheres rurais entrevistadas e de suas famílias.Segundo Grisa (2009), as políticas institucionais são um meio capaz de contribuir para o desenvolvimento, redução da pobreza e fortalecimento da qualidade de vida dos indivíduos, principalmente dos produtores familiares, que muitas vezes se encontram desamparados.

Os resultados empíricos deste estudo sinalizam avanços no processo de construção de empoderamento das trabalhadoras rurais entrevistadas. Na dimensão Econômico-Social há uma parceria com o marido, no que se refere ao gerenciamento dos recursos,e todas as decisões são compartilhadas, inclusive os afazeres domésticos. Melhorou a situação financeira da família, resultando numa maior colaboração econômica à família, refletindo

Revista Desenvolvimento Social Nº 18/01, 2016. (ISSN 2179-6807)

nas condições de vida e contribuiu para gerar conforto e autoestima das agricultoras. Na dimensão Pessoal, aumento da autoestima, implicando em reconhecimento e valorização e a capacidade de gerir seu próprio negócio e contribuir financeiramente com a despesa da família. Na Dimensão Social e Política, observou-se a participação em sindicatos e associações com cargos administrativos.

Assim, foi possível perceber, neste estudo, que as mulheres agricultoras entrevistadas, participantes do Pronaf Mulher estão em luta constante, constituindo formas de resistência e luta diária, necessárias na constituição do seu empoderamento e o seu reconhecimento perante o estado e a sociedade como cidadãs. Na visão de Sen (2000, p.235): “pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política de desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres”.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. D. **A transição da fecundidade, redução da gravidez na adolescência e direitos reprodutivos no Brasil.** *Aparte*, IE/UFRJ, 07/10/2012. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

ANTUNES, M. O Caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ANTUNES, M. e ROMANO, J. O. **O Empoderamento e direitos no combate a pobreza:** ActionAid Brasil, 2002, p.5-20.

ARAÚJO, M.P.S.N. **Gênero e Políticas Públicas: Reflexos do PRONAF nas condições de vida de Trabalhadoras Rurais.** Dissertação de Mestrado do Programa de Desenvolvimento Social da UNIMONTES, Montes Claros-MG, 2016.

AZEVEDO, V.M. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do programa de Aquisição de Alimentos:** o caso de Barbacena-MG. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade de Viçosa, Minas Gerais, 2012.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Plano Brasil Sem Miséria.** s.d. Disponível em: http://www.brasilemmiseria.gov.br/wp-content/themes/bsm2nd/caderno_brasil_sem_miseria.pdf Acesso: 29/03/2012

_____. **Resolução nº. 3.097 de 25 de junho de 2003 do Conselho Monetário Nacional.** Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). 2003. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=103087614&method=detalharNormativo> Acesso: 21/09/2011.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (Org). **Planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FERNANDES, S.A. **Gênero e Políticas Públicas de Crédito: O Pronaf Mulher em Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia política da Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FORTE, C.M. **Estudo de caso comparativo entre programas de microcrédito na América latina: O impacto socioeconômico nas Mulheres de Bogotá e Recife.** Tese de Doutorado,

Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FRANCO, M. C. Quando nós somos o outro: questões teóricas metodológicas sobre os estudos comparados. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXI, n.72, p.197-229, ago/2000.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, V.13, nº2, mai./ago., 2004, p.20-31.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. **Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios**. *Boletim do OPPA*, n.03, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação de ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da UFRRJ. Rio de Janeiro. 2012.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009.

HEREDIA, B; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA, 2006.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. **Anais...** do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, participação e Democracia, UFGH, Florianópolis, Brasil, 2007, p.485-506.

PRA, J. R. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: **Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: ED. Universidade UFRGS Conselho Nacional de Direitos da Mulher, 2001, p.173-208.

SARTORI, G. Comparación y Método Comparativo In: SARTORI, G.; MORLINO L. (Comps). **La Comparación em las Ciências Sociales**. Madri: Alianza Editorail, 1994, p.29-49.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SILVA, M. A. **PRONAF – O crédito rural com o objetivo de redefinir e impulsionar a agricultura familiar**. Trabalho de conclusão de especialização. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres. **Princípio de emponderamento das mulheres:** igualdade significa negócios. 2011. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/>> Acesso em: Agosto 2012

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí-RS.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Porto Alegre. 2008.

Recebido para publicação em 20 de setembro 2016
Aceito para publicação em 22 de novembro de 2016